



Arqueologia Urbana em Salvador

Por Tainã Moura Alcântara

O meio urbano tem a sua própria dinâmica, com sua cultura material específica, seus símbolos, seus contextos e sua história. Uma cidade é um organismo vivo que ao longo de sua trajetória abandona, absorve, transforma ou destrói as construções deixadas pelas gerações anteriores. Este processo de formação das cidades, que tende à acumulação dos restos materiais da atividade humana em um mesmo local, tem transformado as cidades num complexo emaranhando de sobreposições de níveis arqueológicos que, quando interpretados, podem revelar aspectos antes ignorados da vivência urbana.

A Arqueologia urbana, contrária à arqueologia em meios urbanos - onde a cidade é apenas o local onde acontecem as escavações - é uma ferramenta de estudo da evolução do tecido social e urbano, reconstruindo sua formação através do tempo até a atualidade. Isso significa dizer que as questões levantadas pela Arqueologia Urbana são referentes ao contexto das cidades, e as conclusões visam esclarecer alguma particularidade da vida urbana.

Salvador, com mais de dois milhões de habitantes, é atualmente o terceiro centro urbano em população

no Brasil. Soma-se a este dado o fato de se tratar de uma das primeiras cidades da época da colônia, com diversos bairros antigos e com seu centro histórico tombado como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Construída para ser a primeira capital do Brasil, hoje sua malha urbana envolve os diversos arruamentos que davam suporte a esse centro político da colônia. Nesse contexto particular, a arqueologia urbana deveria ser uma constante nos diversos empreendimentos que revolvem o subsolo da cidade, pois permite alcançar histórias esquecidas ou menosprezadas ao longo dos anos.

A implementação da Arqueologia Urbana de forma mais efetiva nas nossas cidades, não apenas em Salvador, passa pela sociabilização do passado, pela forma de divulgação dos resultados das pesquisas e de um conceito de patrimônio mais próximo da realidade e da vivência da população, o que garante um enriquecimento do presente, criando um referencial de memória. Esta edição do Boletim Informativo do MAE busca trazer, com linguagem acessível, o resultado de pesquisas científicas a respeito do centro histórico de Salvador, para ampliar o debate a respeito da importância da Arqueologia Urbana na cidade.

Editorial

A presente edição do Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia aborda a temática **Arqueologia Urbana**, dando ênfase às pesquisas arqueológicas realizadas no centro histórico da capital baiana. Para introduzir o tema, a arqueóloga do MAE/UFBA, Tainã Moura Alcântara, apresenta o texto *Arqueologia Urbana em Salvador*, que elucida conceitos e ressalta a importância da realização de pesquisas arqueológicas nos centros urbanos.

Os dois artigos seguintes tratam de estudos realizados no centro histórico de Salvador. No texto *Arqueologia urbana e espaços negros no século XIX*, o arqueólogo Samuel Gordenstein apresenta alguns dados obtidos em sua pesquisa de doutorado, que fala sobre os espaços ocupados pelas populações africanas escravizadas e libertas e seus descendentes, abordando especificamente a existência de candomblés urbanos nesta área da cidade. Em *Notas sobre a busca pela salubridade na Freguesia da Sé, Salvador*, a antropóloga e arqueóloga Jeanne Almeida Dias fala sobre a insalubridade de Salvador no início de sua urbanização e da implantação de medidas sanitárias a partir do século XVII.

Finalizando esta edição, o diretor do MAE/UFBA Claudio Luiz Pereira apresenta o texto *Mas, o que é a verdade? Herskovits em quatro fotografias baianas*, no qual discorre a respeito da incursão do antropólogo Melville Herskovits na Bahia e do uso de fotografias do evento como fontes primárias irrefutáveis. As imagens em questão são de uma palestra de Herskovits na Universidade Federal da Bahia, e fazem parte do livro *Memórias em Tons de Sépia*, que apresenta fotografias da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na década de 1940 e 50 encontradas no espólio intelectual de Valentin Calderón e que está sendo editado pelo MAE.

Esperamos que apreciem a leitura!

Mara L. C. Vasconcelos e Tainã Moura Alcântara

Em foco

Relendo Thales de Azevedo



A equipe do MAE/UFBA participou do seminário “Relendo Thales de Azevedo”, que ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro, na sede da Academia de Letras da Bahia e no Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador. O museólogo Antônio Marcos Passos e a exbolsista Luana Nascimento Vieira apresentaram o trabalho “Repatriação das fotografias Kiriri do MAE/UFBA”. A bolsista Ananda Cerqueira apresentou sua pesquisa de conclusão da graduação em Ciências Sociais, “Os donos do lugar: estudo de caso sobre a produção da cidade por parte dos homens ordinários”. O diretor Claudio Pereira falou sobre o livro “As Ciências Sociais na Bahia: notas para sua história”, de Azevedo, publicado originalmente no ano de 1964 e que está sendo reeditado pelo museu.

Expediente



MAE/UFBA

Direção

Cláudio Luiz Pereira

Museólogo

Antônio Marcos Passos

Conservação e Restauro

Mara Lúcia C. Vasconcelos
Celina Rosa Santana

Arqueologia

Tainã Moura Alcântara

Administração

Alice Gomes (Assistente de Administração)
Carlos Dantas (Auxiliar de Administração)
Geovane Hilário da Silva (Eletricista)
Izania Santos (Assistente de Administração)
Regina Lemos (Secretária Administrativa)

Estudantes Bolsistas

Ananda Cerqueira, Deise das Mercês, Jéssica Lima, Leticia Santos, Mauricéia Silva, Maycon Jhossys, Samuele Ferreira, Sávnia Soares, Suyllan da Fonseca, Viviane Reis

Edição e Revisão

Mara Lúcia C. Vasconcelos
Tainã Moura Alcântara

Diagramação

Alice Meira Gomes Dórea

Tiragem: 300 exemplares

Funcionamento: Segunda à sexta, das 09h às 17h.

Terreiro de Jesus, s/n, Prédio da Faculdade de Medicina da Bahia - Pelourinho. 40025-010. Salvador-BA. Tel.: 71 3283-5530

mae@ufba.br | www.mae.ufba.br

Acontece no MAE: Requalificação da reserva técnica do acervo etnográfico



Reserva técnica do acervo etnográfico do MAE/UFBA.



Bolsistas Viviane S. dos Reis e Maycon Jhossys C. de Souza realizando diagnóstico de conservação.

O setor de Conservação e Restauro do MAE/UFBA está realizando, desde o mês de março deste ano, o projeto de requalificação da reserva técnica do acervo etnográfico. As coleções, que foram realocadas temporariamente para que fosse instalado o arquivo deslizante na reserva, estão retornando para o local após a realização de diagnóstico de conservação e limpeza mecânica. A próxima etapa consiste na realização de intervenções de caráter preventivo e curativo nos objetos.

Livro em destaque

**Por Ananda Cerqueira*

ALLEN, S. et al. *Arqueologia a Serviço da Cidade: Anais do III Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

O livro “Arqueologia a Serviço da Cidade” é composto de artigos produzidos no III Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, ocorrido em abril de 2011, em Recife - Pernambuco. A obra apresenta a ideia de que a cidade é a arena da complexidade do mundo, e não há como analisá-la desconsiderando o seu potencial de construído na longa duração. Ao fazê-lo, desrespeitam-se os elementos de coesão identitária e o modo de vida das comunidades. Assim, deparamo-nos com a necessidade da intervenção da Arqueologia Urbana, que, no entanto, está sempre fora da esfera das decisões pelo pouco espaço oferecido pela legislação. É importante pensar o seu papel na criação de condições de sobrevivência das Paisagens Urbanas.

Carlos Etchevarne aponta, em um dos artigos do livro, que no contexto urbano artefatos e estruturas arquitetônicas emergentes pelo trabalho arqueológico se incorporam ao cotidiano local, mas a sua assimilação varia a depender da população. Ele traz exemplos de trabalhos arqueológicos destinados à identificação de vestígios nos centros históricos de três cidades: Salvador, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Em Salvador, houve maior interesse governamental nessa pesquisa, já em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, muito pouco. A conduta da população no decorrer das pesquisas foi também diferenciada: na Praça da Sé em Salvador, local de intensa circulação, houve maior participação e observação das pessoas. Nos outros dois casos, pela distância das áreas trabalhadas, as informações ficaram mais restritas. O autor constata assim, que as propostas dos arqueólogos ficaram sujeitas a circunstâncias, que condicionaram o destino dos vestígios e a apreensão pela sociedade.

**Graduanda em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia e estagiária do MAE.*

Arqueologia urbana e espaços negros no século XIX

Por Samuel Lira Gordenstein

A pesquisa arqueológica nos apertados quarteirões urbanos do centro antigo de Salvador muitas vezes envolve escavações dentro das casas, rente aos pisos térreos ou nos subsolos dos antigos sobrados. Particularmente no que se refere ao século XIX, isso significa pesquisar os espaços de moradia, trabalho e até de culto religioso dos africanos escravizados, libertos e livres, e seus descendentes brasileiros. Este artigo tem o propósito de fornecer um breve contexto histórico para esses espaços usados, sobretudo, pela população negra da cidade no século XIX.

No século XIX, os grandes casarões que outrora abrigaram a elite da cidade e seus agregados e escravos, começaram a acolher diversos grupos familiares sob o mesmo teto, nos bairros centrais como a Sé. Os imóveis tiveram suas grandes salas e cômodos repartidos, sendo que estes eram locados e sublocados a uma população que buscava aluguéis baratos. A nota no jornal oitocentista *O Alabama*, no seu tom preconceituoso característico, narra bem este processo: “Um africano aluga uma casa, e é preferido a qualquer nacional, que a pretende; reduz as salas, quartos e cozinha a pequenos cubículos, divididos por taboas, esteiras, e até mesmo por cobertas, e da noite para o dia estão todos esses casebres ocupados.”¹

Apesar da mudança de perfil dos moradores, ainda assim havia uma hierarquia socioeconômica dentro do sobrado, com as famílias ou inquilinos mais abastados sempre a ocupar os espaços arejados no primeiro ou segundo andar. Os espaços menos aprazíveis e menos custosos eram o porão, o andar térreo e o sótão.

As condições de moradia nos subsolos dos sobrados foram até assunto de comentário da visitante inglesa Mary Graham, no início do século XIX: “Em baixo da casa há geralmente uma espécie de porão no qual vivem os escravos. Realmente fiquei às vezes a imaginar como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares” (GRAHAM, 1956, p. 163).

Normalmente restava aos escravos moradias nos ambientes mais insólitos, escuros e insalubres dentro

do casario oitocentista. Para os libertos, e particularmente os livres de cor, as opções de moradia eram mais amplas, até porque para os brasileiros não existiam leis que limitassem suas opções, a exemplo da lei n.9 de 13 de maio de 1835, artigo 176, que proibia a aquisição de bens de raiz por africanos (OLIVEIRA, 1988, p. 40). Esta proibição foi reafirmada pela Assembleia Provincial em 1847 (REIS, 2008, p. 245), mas parece ter tido efeito limitado (Cf. OLIVEIRA, 1988).

A liberdade também proporcionava maior autonomia para escolher com quem dividir o teto. Reis aponta que já em 1835 a maioria dos arranjos residenciais entre os negros eram de pessoas do mesmo grupo étnico (REIS, 2003, p. 18).

O Censo de 1855 indica que 72% dos imóveis na cidade eram térreos (NASCIMENTO, 2007, p. 69). Eles eram ubíquos por serem livres de impostos e tornaram-se opção bastante comum de moradia, inclusive de compra, para os livres e libertos de Salvador. Oliveira mostra que nos testamentos oitocentistas de libertos, aproximadamente metade apresentava posse de imóvel. Na sua maioria, eram térreos, feitos de materiais poucos duráveis e geralmente em terrenos foreiros, portanto, menos valorizados (OLIVEIRA, 1988, p. 39). Para diminuir os custos da aquisição de um imóvel, podia-se dividir o valor com outros interessados, sendo a posse dividida entre dois ou mais proprietários. Exemplo disso pode ser vislumbrado no inventário do ganhador africano João Brandão, que comprou metade de uma casa térrea na Rua do Gravatá, em 1886.²

Havia ainda outras opções para a enorme população da cidade em busca de aluguéis mais econômicos. Costa relata a existência de 'vilas de aluguel' a partir de seu exame do Censo de 1855. A autora cita um exemplo na Freguesia de Santo Antônio onde alguns sapateiros pardos e uma costureira alugavam cômodos construídos no quintal da casa (COSTA, 1989, p. 207). Finalmente, outra opção era virar “gente de beco”, pessoas que moravam em casas “de porta e janela, sem fundos, sem águas correntes, com

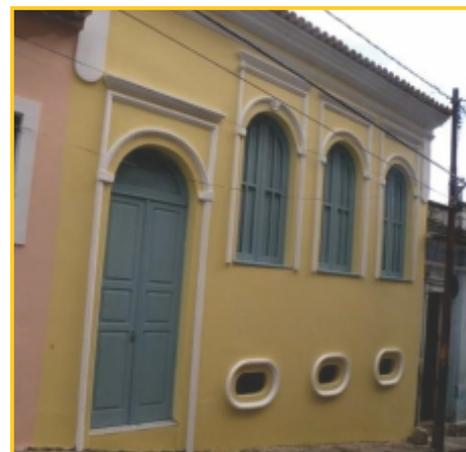


Figura 1: Casa térrea com porão alto

despejadouro coletivo [...]” (VIANNA, 1973, p. 4-5).

Para os serventes renumerados que precisavam dormir no local de serviço, os espaços residenciais que lhes eram oferecidos não eram ideais: “Se era afortunada, conseguia um canto no porão ou um quatinho no fundo, aboletando toda sua geração”, confidencia a folclorista Hildegardes Vianna (VIANNA, 1973, p. 151).

Costa apresenta um levantamento, baseado numa amostra do Censo de 1855, dos moradores das “lojas” soteropolitanas, espaços definidos por ela como “geralmente nos térreos e subsolos das edificações e que se constituíam em moradas dos mais pobres, como libertos e escravos de ganho que viviam por conta própria” (COSTA, 1989, p. 115). De sua amostra de 313 indivíduos, os moradores das lojas representavam 6% da população (COSTA, 1989, p. 201). Na Freguesia da Sé, 94% dos moradores das lojas eram livres e 6% escravos, sendo que 10,3% eram brancos, 35,4% pardos, 19% crioulos, 15,2% cabras e 20,1% pretos (COSTA, 1989, p. 204-205). Portanto, de cada 10 moradores das lojas, nove eram pessoas de “cor”.

Costa também relata que 30% dos moradores das lojas praticavam atividades de ganho e o restante, 70%, estavam distribuídos entre pedreiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, funileiros, quitandeiros, alfaiates lavadeiras, costureiras, engomadeiras, saveiristas e calafates e outras profissões não citadas pela autora (COSTA, 1989, p. 204). Havia muitos oficiais mecânicos nas lojas, o

que vai ao encontro dos dados apresentados por Nascimento para profissões na freguesia da Sé, onde o “artesão” aparece na liderança (NASCIMENTO, 2007, p. 252)³. Ofícios como marceneiro e sapateiro, por exemplo, precisavam de um espaço para exercer a profissão; a situação mais comum para estes profissionais era trabalhar na oficina, no “rés de chão” e morar com sua família logo acima (OLIVEIRA, 2006, p. 170).

As lojas não eram usadas somente como espaços de moradia e trabalho. Transcrevemos somente uma das dezenas descrições encontradas, nos jornais da época e a documentação policial oitocentista, que demonstram que candomblés urbanos continuaram a florescer, em pleno centro da cidade:

“Ao Sr. Subdelegado da Sé chamando a atenção do SS. para um candomblé que há no Maciel de Baixo numa das lojas do sobrado do Sr. Paranhos, do qual candomblé é papai um preto de nome Jebú, o qual inculca-se por grande mestre de deitar e tirar diabos, dar ventura, curar de feitiço e, para o que reúne ali nos domingos grande número de pessoas de toda qualidade.”⁴

Confirmação da presença de candomblés urbanos vem a partir dos achados em escavações arqueológicas no porão de um antigo sobrado na Rua do Tijolo no Centro Histórico de Salvador, que revelam a existência de um pequeno terreiro associado a uma

ocupação pretérita. A análise do contexto arqueológico demonstra que no fim do século XIX o espaço foi totalmente reconfigurado para uso religioso e nele instaladas 41 estruturas arqueológicas de função ritual. Uma vez passado o período áureo do espaço religioso, nos anos antes e depois da virada para o século XX, as evidências apontam para atividades ritualísticas pontuais, até que um novo uso foi definitivamente dado ao sobrado no ano de 1926 (Cf. GORDENSTEIN, 2015).

A arqueologia no âmbito da cidade tem o potencial de fornecer novos dados para aspectos pouco conhecidos da história de Salvador. Por exemplo, as fontes tradicionalmente usadas para discutir o candomblé oitocentista, como relatos de jornais e documentação de batidas policiais, fornecem descrições feitas por pessoas com pouco conhecimento da religião e mínimos detalhes de importantes aspectos rituais. Com a arqueologia, há uma ênfase em informações contextuais, oferecendo uma narrativa onde a cultura material estudada é precisamente localizada no tempo e espaço físico. Desta forma, apresenta-se como uma importante ferramenta para o estudo da diáspora africana nas cidades brasileiras.

¹O *Alabama*, 1869, 6 de maio, p.3

²APEBa, Inventário de João Brandão, ano 1889, Judiciário, Inventários, 04/1485/1954/05.

³A partir de dados dos anos entre 1839-1868.

⁴O *Alabama*, 15 de novembro, 1864, p.1.

Bibliografia

COSTA, A. D. L. “**Ekabó!: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX.** Dissertação (Mestrado em arquitetura), Universidade Federal da Bahia. 1989.

GORDENSTEIN, S.L. A arqueologia de um terreiro de candomblé urbano na Bahia oitocentista. **Bahia com História: Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé**, Salvador, n.1, outubro de 2015. Acessado 19 de novembro de 2015 em: <http://173.44.46.52/~bahiacomhistoria/?artigos=samuel-lira-gordenstein>

GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1956.

NASCIMENTO, A. A. V. **Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, M. I. C. D. **O liberto: o seu mundo e outros.** 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, M. I. C. D. Nacer e morrer entres os seus. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 174-193, Dezembro/fevereiro 1995/1996.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835).** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, J. J. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

VIANNA, H. **A Bahia já foi assim.** Salvador: Itapua, 1973.

**Arqueólogo do IPHAN-BA, mestre em Arqueologia Histórica pela University Of Massachusetts e Doutor em Antropologia com concentração em Arqueologia Histórica pela UFBA*

Notas sobre a busca pela salubridade na Freguesia da Sé, Salvador

Por Jeanne Almeida Dias

A questão da civilidade e as mudanças na concepção dos fluidos corporais interferiram, desde sempre, no tratamento da insalubridade nos espaços da vida cotidiana da cidade (GAMA & NASCIMENTO, 2011; MOTA, 2008; EIGENHEER, 2009). Destaca-se a importante contribuição fornecida pelas fontes historiográficas, dos trabalhos arqueológicos e de arquitetura sobre a morfologia de Salvador nos períodos entre a Colônia e o Império.

A hipodamia inicial da cidade é paradoxal ao seu momento posterior com o crescimento da população e da demanda por limpeza pública¹. A rua é o depósito de imundícies², com poucos

condutores para águas servidas e sem espaço apropriado ao descarte do lixo crescentemente produzido. Assim, propostas de remodelação da urbe não demoraram a avolumar-se.

As primeiras medidas municipais, em 1625, proibem o depósito do lixo nas ruas do Terreiro da Companhia de Jesus, sob a multa de 500 réis. Em 1626, torna-se obrigatório a limpeza das esterqueiras, sob pena de 16 mil réis e de 2 mil réis para a sujeira deixada no entorno da residência. Em 1764 o mar, através dos “tigres”³, passa a ser o destino final dos dejetos produzidos na cidade. (GAMA & NASCIMENTO, 2011; SOUZA, 2010).

Em 1769 o governador, o Marquês do

Lavradio, cria uma série de proibições visando minimizar os riscos ocasionados pela insalubridade. Em 1780, o Termo de Vereação da Câmara Municipal eleva o assunto ao *status* de emergencial.⁴

No início do século XIX, a cidade que anseia por espelhar-se nos padrões europeus de civilidade ainda traz em seu corpo as marcas geradas pelos miasmas.⁵O inglês Thomas Lindley⁶que aqui esteve entre 1802 - 1803 informa que:

[...] As ruas são apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnantemente imundas. Os fundos de várias delas são depósitos de lixo

[...] (apud. VASCONCELOS, 2002 p.157).

O viajante francês Tollenaire que esteve em 1817 em Salvador, sobre a cidade diz que “o maior prazer que se tem dela é em deixá-la o quanto antes, devido a sua sujeira” (VASCONCELOS, 2002, p. 149). Se o relato dos viajantes apresenta uma cidade envolta por aspectos de insalubridade gritante, por outro lado, a informação histórica e arqueológica aponta um grande esforço sendo realizado para solucionar problemas gerados pelo precário saneamento existente. Nesse sentido, estão as posturas de 1830, da Câmara Municipal que estabelece locais ao despejo do lixo particular.

A partir de 1840 a situação se acentua, com os surtos de varíola, febre amarela, febre tifoide e cólera, fazendo inúmeras vítimas no centro antigo da cidade e motivando a migração de grande parte da sua população para áreas menos vulneráveis, como o Recôncavo Baiano, freguesias mais afastadas e bairros periféricos (REIS, 1991).

A implantação de medidas sanitárias visando impedir a proliferação de novas moléstias incluiu a mudanças na forma de percepção dos fluídos corpóreos, o reordenamento do espaço urbano, retraçado de residências, apre-sentamento de canais e rios, canalizações, intensificação de campanhas de vacinação e a separação dos espaços destinados aos mortos àqueles dos vivos. Nesse sentido, a introdução de canalizações no meio urbano é um mecanismo eficaz para o entendimento da mudança social operacionalizada no núcleo estudado. Elas já são percebidas no final do século XVIII, inicialmente, para conduzir águas servidas ao Rio das Tripas usado como principal destino dos esgotos da área (ARQUIVO DO PROJETO PELOURINHO). No começo do século XIX passam a ser escondidas nos quintais ou subsolo do Centro Histórico de Salvador (HOLTHE, 2003). À canalização principal, representada pela rede de galerias direcionadas à condução de águas em lapas subterrâneas são adicionadas outras canalizações secundárias com origens em diferentes tipos de imóveis.

Ao término, ressalta-se que os padrões de ordenamento estrutural e comportamental, sobre os quais se dirigia a sociedade soteropolitana à época teve



Figura 1 - Pesquisa Arqueológica realizada no imóvel nº 18 da Rua 28 de Setembro, com evidencição de canalizações. Fonte: Arquivo Projeto Pelourinho.

como base a mudança de paradigma (LIMA, 1993, 2008; BENCHIMOL, 1992) que influenciou a percepção de espaços e corpos, e atuou efetivamente, na criação e implantação de mecanismos de infraestrutura, visando à salubridade e o embelezamento do Centro Antigo de Salvador.

1 Ver MOTA, Júlio César Rocha. A universalização do saneamento e o desenvolvimento sustentável. Dissertação. (Mestrado em desenvolvimento sustentável) UNB: Brasília, 2008.

2 Ver MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Documentos históricos: Registro de cartas régias/Cartas e ordens, 1717. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de obras raras e publicações, 1949.

3 Tigres eram grandes tonéis destinados ao despejo de todos os excrementos e demais sujidades, produzidas durante o dia, em uma residência e que a noite deveriam ser levados e despejados no mar por escravos (SOUZA, 2010).

4 SILVA, 1971; Departamento de Cultura da SMEC, 1972; APEBA - Arquivo Público do Estado da Bahia. Sessão: Intendência; Processos. Diretoria de Obras Públicas Municipais; Intendência Municipal do Estado da Bahia; Código de Posturas Municipais - Cidade do Salvador. Bahia, Imprensa Oficial do Estado; Relatório da Gestão dos Negócios Municipais apresentado ao Concelho Municipal em 9 de janeiro de 1896 pelo Dr. F.E. Freire de Carvalho Filho Intendente interino do Município da Capital do Estado Federado da Bahia 1896; DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SMEC. Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a independência do Brasil 1821-1823. Salvador: S. A Artes Gráficas, 1972.

5 Sobre o tema ver DAVID, Onildo Reis. O inimigo invisível: a epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA, 1996; REIS, João José. A morte é uma festa. São Paulo: Companhia das letras, 1991; Flexor, 2011.

6 Sobre a estada de Lindley na cidade de Salvador, ver SILVA, Alberto. A cidade de Salvador: aspectos seculares. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixa: A limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Ed. Palloti, 2009.

GAMA, Hugo; Jaime, NASCIMENTO. **A Urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, império e República**. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2011.

LIMA, Tania ANDRADE. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. In: **Clio**, Série Arqueológica, N. 8, 1989;

_____. Los zapateros descalzos: arqueologia de uma humiliação em Rio de Janeiro del siglo XIX. In: Acuto, F. & Zarankin, A. (Orgs.). In: **Sed non Satiata II** Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008.

MOTA, Júlio César Rocha. **A universalização do saneamento e o desenvolvimento sustentável**. Dissertação. (Mestrado em desenvolvimento sustentável) UNB: Brasília, 2008.

PROJETO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA DA ÁREA DA 7ª ETAPA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR. **Relatório final de pesquisa arqueológica da 7ª etapa do Projeto Pelourinho**. Salvador: IPHAN/MONUMENTA, 2010.

REIS., João José. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

SOUZA, Daniele Santos de. **Entre o “serviço de casa” e o “ganho”: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História social). Salvador: PPGHS/UFBA, 2010.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

Antropologia e Antropólogos na Bahia

Mas, o que é a verdade? Herskovits em quatro fotografias baianas Por Cláudio Luiz Pereira*

A digressão que faço a seguir é consequência de minha comunicação no seminário *Relendo Thales de Azevedo: uma avaliação crítica de seu legado*, promovido pela Academia de Letras da Bahia, em novembro de 2015. Na ocasião, pouco antes de minha apresentação, fui questionado por alguns colegas que insistiam que duas das fotos que eu iria apresentar não retratavam o antropólogo americano Melville Herskovits, quando da sua famosa palestra “Problemas Etnológicos na Bahia”. O argumento geral era de que ele não se encontrava na Bahia por ocasião deste evento, e que a palestra, traduzida por José Valadares, teria sido lida, supostamente pelo “embaixador” americano. Dei durante minha apresentação o benefício da dúvida. Prefiro humildemente voltar às fontes.

É por esta razão e em função do que me parece ser a verdade, e a prova que podemos conferir a verdade como sendo verdade verdadeira, que me imponho, então, os seguintes raciocínios:

a) existem quatro fotografias concernentes a Herskovits incorporadas na obra organizada pelo MAE/UFBA “Memórias em tons de sépia: a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA – as fotografias do espólio de Valentim Calderón (décadas de 40 e 50)” - em breve estaremos disponibilizando virtualmente esta obra. Estas fotografias chegaram ao MAE/UFBA a partir do espólio intelectual do arqueólogo espanhol-baiano fundador deste museu, e pode-se supor que elas faziam parte dos arquivos da FFCH, tendo chegado as mãos de Calderón provavelmente a partir da necessidade de organizar o acervo de Isaías Alves, morto em 1968. São, na sua quase totalidade, fotos tiradas por Voltaire Fraga, que foi um grande fotógrafo baiano, e que deixou acervo considerável, retratando eventos sociais e oficiais. Foi, durante anos, aliás, quem nutriu os arquivos de memória visual da UFBA;

b) três destas fotografias retratam o



evento – a conferência de Herskovits – e uma quarta reproduz o diploma conferido ao mesmo pela congregação da Faculdade de Filosofia da Bahia. As primeiras estão datadas como “06.05.942”, a última como realizada “21.08.1942”;

c) as quatro fotografias estão legendadas nos seus versos. Escritas em máquina de escrever, ou seja, datilografadas, embora não se saiba por quem. Penso que se pode afirmar, seguramente, que tais legendas foram feitas por alguém contemporâneo as próprias fotografias, provavelmente na secretaria da Faculdade, e a mando de Isaías Alves, sabidamente um grande controlador da memória acadêmica da Instituição;

d) em relação às três primeiras fotos as legendas dizem: (1) “A Faculdade de Filosofia iniciou suas atividades culturais. Aspecto da Conferência realizada no auditório do Instituto Normal pelo prof. Melville Herskovits que se vê na gravura falando. Aham-se presentes o Sr. Interventor federal, secretários de Estado, o corpo docente do recém-fundado estabelecimento, professores e outras autoridades. 06.05.942.”; (2) “Primeira conferência da serie instituída pela Faculdade de Filosofia da Bahia, realizada no Instituto Normal da Bahia, pelo prof. Melville J. Herskovits .6.5.942.”; (3) “Primeira conferência da serie instituída pela Faculdade de Filosofia da Bahia, realizada no

Instituto Normal da Bahia pelo prof. Melville J. Herskovits. Bahia. 6.5.942"; e) no que concerne a última foto a legenda diz: (4) "Fac-simile do diploma de prof. Honorário de Antropologia, conferido ao prof. Melville J. Herskovits, pela Faculdade de Filosofia da Bahia, em 21 de agosto de 1942". Pode-se supor que se há fotografia do diploma provavelmente haveriam fotografias da entrega do mesmo, mas deve-se atentar de que o diploma foi produzido em junho, quiçá em uma reunião de Congregação, mas só entregue em agosto, tempo suficiente para que se pudesse fazer uma foto eventual. Também há que se atentar que o texto refere-se a um "fac-simile";

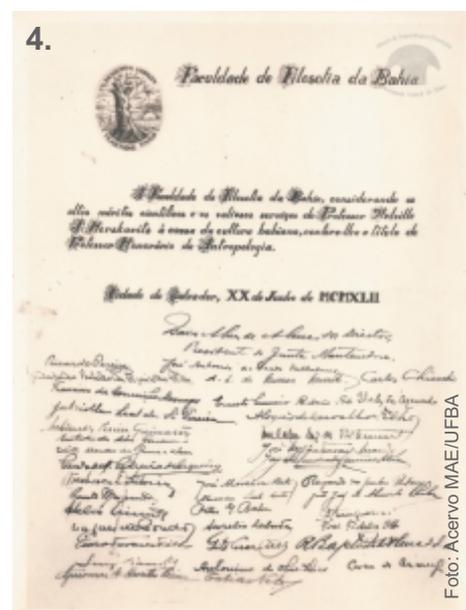
f) O próprio diploma traz o seguinte texto: "A Faculdade de Filosofia da Bahia considerando-se os altos méritos científicos e os serviços prestados pelo Professor Melville J. Herskovits a causa da cultura baiana confere-lhe o título de Professor Honorário de Antropologia. Cidade do Salvador XX de junho de MCMXLII" seguindo-se a assinatura de 43 professores: Isaías Alves, Diretor e Presidente da Junta Mantenedora, Ricardo Pereira, José Antônio do Prado Valadares, Godofredo Rebello Figueiredo Filho, A.L. de Barros Barreto, Carlos Chiacchio, Francisco de Conceição Menezes; Ernesto Carneiro Ribeiro, Thales de Azevedo, Gabriella Leal de Sá Pereira, Aloysio de Carvalho Filho, Arquimedes Pereira Guimarães, Jorge Calmon de Muniz de Bittencourt, Aristides da Silva Gomes, José Moreira Pinto, Edith Mendes de Gama e Abreu; Jayme Cunha de Gama e Abreu; Paulo de Matos de Cerqueira Pedreira, Frederico Edelweiss, José Moreira Pinto, Raimundo dos Santos Patury, Renato Mesquita, Alexandre Leal Costa, João Jose de Almeida Seabra, Hélio Simões, Peter Garret Baker, Afonso Pitangueiras, Lafaiete Pondé, Aurélio Laborda, Frei Fidelis Ott, Pedro Muniz tavares Filho, Tito Cesar Pires, Raul Batista de Almeida, Luís Viana Filho, Antonino de Oliveira Dias, César de Araújo, Guiomar de Almeida Florence, José Tobias Neto. Diga-se, aliás, que alguns destes se tornaram personalidades notórias da vida política baiana e, também, brasileira; g) alguns dos personagens nas



fotografias são facilmente identificados a exemplo do próprio Isaías Alves e Thales de Azevedo. Outros demandariam maior investigação para identificação comprobatória. Pela legenda sabe-se que esteve presente o "Interventor", ou seja, o Governador Landulfo Alves, irmão de Isaías. O evento se deu no Colégio Normal e aparentemente foi um acontecimento social bastante concorrido. Vê-se, por exemplo, a presença de um militar de alta patente sentado no auditório, provavelmente acompanhando o Interventor. Vê-se também muitas bandeiras brasileiras, o que dá um caráter cívico incrível a esta Bahia de outrora;

h) Sobretudo por uma das duas fotos em que ele aparece pode-se reconhecer Herskovits facilmente. Sua imagem pode ser cotejada na internet e ela é inconfundível: acho que o torna tão distinto é seu rosto redondo e bonachão, aliado a uns óculos também redondos, terno claro, além de uma indefectível gravatinha borboleta, que lhes dá um ar quase dândi de intelectual cosmopolita;

i) Além destas fotografias a presença de Herskovits no evento é corroborada pelo crítico José Valadares, tradutor e editor, pelo Museu de Arte da Bahia, do pequeno livrinho Problemas Etnológicos na Bahia, publicado em 1943. Na sua "Nota do tradutor" ele atesta que a comunicação "foi lida pelo próprio autor" (p. 11). Neste mesmo volume é transcrito o discurso de Isaías Alves quando da entrega do Diploma, em 21 de agosto



de 1942, portanto meses depois da conferência, e dirigindo-se ao Cônsul Reginald Castleman, provavelmente na ausência de Herskovits (seria necessário, todavia, averiguar quando ele realmente parte). Nesta ocasião da entrega do diploma, tanto quanto quando ocorreu a famosa conferência, Herskovits foi saudado por Thales de Azevedo (ele aparece na foto, conforme visto!), o que também nos é assegurado por Isaías Alves (p. 38).

Raciocínios feitos, agora posso então assegurar: é por esta e outras que continuo acreditando, piamente, que uma imagem pode valer mil palavras, mas não se chegará a uma imagem sem mil palavras.

*Antropólogo e Diretor do MAE/UFBA